

**ANDERSON
SCHREIBER**

A PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO

**TUTELA DE CONFIANÇA E
VENIRE CONTRA *FACTUM PROPRIUM***

4ª edição

revista e atualizada de acordo com a
jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
e do Superior Tribunal de Justiça



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elísios – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 09.03.2016

- **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Schreiber, Anderson

A proibição de comportamento contraditório: tutela da confiança e *venire contra factum proprium* / Anderson Schreiber. – 4. ed. revista e atualizada – São Paulo: Atlas, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-970-0601-8

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

16-30926

CDU: 343.2(81)

SUMÁRIO

.....

Introdução – O tempo da incoerência	1
Capítulo 1 – Da Antiguidade à sociedade solidária – Breve história da repressão ao comportamento contraditório	7
1. Coerência e incoerência na cultura universal.....	8
2. O direito romano e seu casuísmo.....	11
3. O direito medieval e o surgimento do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i>	13
4. O direito moderno e o jusracionalismo.....	17
5. A Revolução Francesa e a consagração do liberalismo	20
6. As grandes codificações e o <i>venire contra factum proprium</i>	24
7. O século XX e a perda da humanidade	28
8. Dignidade humana e solidariedade social	33
9. A nova autonomia privada	39
10. O <i>venire contra factum proprium</i> no direito contemporâneo	43
Capítulo 2 – A boa-fé objetiva e a tutela da confiança – Fundamento e utilidade do princípio de proibição do comportamento contraditório no direito brasileiro	45
1. O direito positivo brasileiro e o <i>venire contra factum proprium</i> ...	46
2. A superação do impasse	52
3. A boa-fé objetiva e a sua tríplice função.....	53
4. A tutela da confiança.....	59
5. De volta ao <i>venire contra factum proprium</i>	62
6. Fundamento do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i> e seus reflexos.....	66

7.	Fundamento constitucional do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i>	70
8.	O problema do abuso do direito.....	72
9.	Boa-fé e abuso do direito: um cotejo necessário	75
10.	A superutilização da boa-fé objetiva.....	79
11.	Utilidade do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i>	83
 Capítulo 3 – A dogmática do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i> – Pressupostos e consequências de aplicação do princípio de proibição ao comportamento contraditório		85
1.	Pressupostos de aplicação do princípio de proibição ao comportamento contraditório.....	86
1.1.	O <i>factum proprium</i>	87
1.2.	A legítima confiança	92
1.3.	Contradição ao <i>factum proprium</i>	95
1.4.	Dano efetivo ou potencial	100
1.5.	A questão da identidade de sujeitos	102
2.	Consequências da aplicação do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i>	106
2.1.	Impedimento da conduta contraditória.....	107
2.2.	Reparação do dano derivado da conduta contraditória....	109
2.3.	É possível pleitear o desfazimento da conduta contraditória?	110
3.	Distinção entre o <i>venire contra factum proprium</i> e figuras afins.....	112
3.1.	Renúncia tácita	112
3.2.	Proibição de alegação da própria torpeza	115
3.3.	<i>Exceptio doli</i>	116
3.4.	<i>Tu quoque</i>	120
3.5.	<i>Verwirkung</i> ou <i>suppressio</i>	122
 Capítulo 4 – Análise de casos e hipóteses de incidência – O <i>venire contra factum proprium</i> na prática		129
1.	Alguns dados gerais.....	130
2.	<i>Venire contra factum proprium</i> no Supremo Tribunal Federal	131
3.	<i>Venire contra factum proprium</i> no Superior Tribunal de Justiça..	137
4.	<i>Venire contra factum proprium</i> e direito de família.....	139
5.	<i>Venire contra factum proprium</i> e direito das sucessões.....	142
6.	<i>Venire contra factum proprium</i> da Administração Pública	143

7. <i>Venire contra factum proprium</i> e direito societário	149
8. <i>Venire contra factum proprium</i> e direito tributário	152
9. <i>Venire contra factum proprium</i> e direito processual.....	154
10. <i>Venire contra factum proprium</i> e inadimplemento contratual.....	157
11. <i>Venire contra factum proprium</i> e direito internacional	159
12. <i>Venire contra factum proprium</i> na CISG.....	162
13. <i>Venire contra factum proprium</i> e propriedade intelectual	166
14. <i>Venire contra factum proprium</i> e direito do trabalho.....	168
15. <i>Venire contra factum proprium</i> e correção monetária	169
16. <i>Venire contra factum proprium</i> e atividade jurisdicional.....	171
17. Ruptura injustificada das negociações preliminares.....	174
18. <i>Venire contra factum proprium</i> e arbitragem.....	175
19. <i>Venire contra factum proprium</i> e o problema das nulidades.....	179
20. <i>Venire contra factum proprium</i> e situações existenciais.....	187
Conclusão	193
Bibliografia	201